

ISENTAR QUEM GANHA MENOS E TAXAR QUEM GANHA MAIS!



A proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxaço dos super-ricos são duas medidas que visam reduzir a desigualdade no Brasil.

Isenço do IR para quem ganha até R 5 mil

Atualmente, estão isentos do Imposto de Renda apenas trabalhadores que recebem até dois salários-mínimos (R\$ 3.036) e a proposta do Governo Federal, em discussão no Congresso, ampliaria essa isenço para quem recebe até R\$ 5 mil por mês. Além disso, quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 teria uma reduço parcial do imposto. Isso beneficiaria diretamente milhões de trabalhadores. Estima-se que a mudanço tiraria da tributaço cerca de 10 milhões de pessoas, elevando para 20 milhões o número total de isentos. Para o governo, essa é uma forma de devolver renda para a classe média baixa e aquecer a economia, já que esse grupo tende a consumir mais.

Taxaço dos Super-Ricos

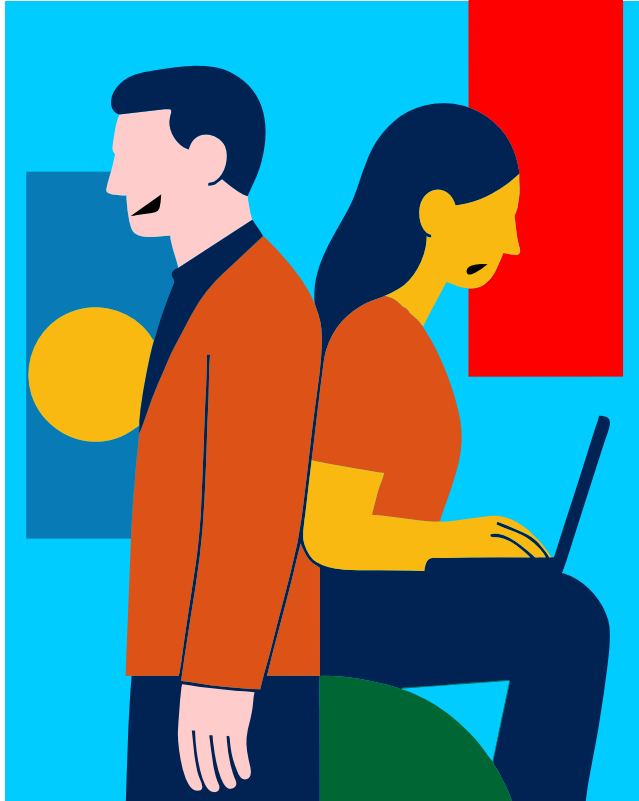
Para compensar a perda de arrecadaço com a isenço aos pobres, a proposta prevê a criaço de uma alíquota extra para os muito ricos. Quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil/ano) passaria a pagar um imposto mínimo progressivo, que pode chegar a 10% para rendas anuais superiores a R\$ 1,2 milhão.

Seriam taxados, também, os dividendos (lucros distribuídos aos acionistas de empresas), que hoje estão isentos de IR. O pagamento proporcionalmente de mais impostos pelos ricos e a reduço para os pobres seria um passo no sentido da correço de uma injustiça do sistema tributário brasileiro, onde os mais pobres gastam uma fatia maior da sua renda com tributos indiretos (como ICMS) do que os ricos.

É papel dos movimentos sociais e organizaçoes de trabalhadores pressionar pela aprovaço dessas medidas. É necessário escancarar o abismo social que existe entre ricos e pobres em nosso país.

A dupla proposta de isentar os que ganham menos e taxar os que ganham mais é um grande passo para tornar o sistema tributário brasileiro mais justo.

PATRÕES FORTALECEM SEUS PRÓPRIOS SINDICATOS E ATACAM OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES



Em tempos de ataques sistemáticos aos direitos trabalhistas e à organização sindical, é fundamental que todos os trabalhadores compreendam uma realidade muitas vezes oculta ou ignorada: **os patrões também têm sindicato**. Chamados de **sindicatos patronais**, essas entidades estão organizadas, ativas e, mais do que isso, são amplamente apoiadas pelos donos das empresas — inclusive aqueles que criticam e tentam desmobilizar os sindicatos dos trabalhadores.

O que é um sindicato patronal?

O sindicato patronal é a entidade de classe que representa os interesses dos empregadores (donos das empresas). Ele negocia convenções coletivas, defende os interesses da classe que representa (no caso, os empresários) e atua politicamente para influenciar legislações e políticas que são de interesse desta classe. Esses sindicatos pressionam o Congresso Nacional, fazem lobby junto ao governo e mantêm estruturas altamente profissionalizadas.

Diferente dos sindicatos que representam os trabalhadores, que enfrentam campanhas difamatórias, **os sindicatos patronais são fortalecidos e financiados diretamente pelos empresários** — inclusive por aqueles que espalham desinformação contra a organização dos trabalhadores.

Um jogo desigual

Enquanto os trabalhadores são bombardeados com mensagens dizendo que “sindicato não serve pra nada”, “é só mais um desconto no contracheque”, ou que “cada um deve negociar por conta própria”, os patrões mantêm e fortalecem seus sindicatos para defender os próprios interesses — inclusive **para manter o trabalhador desorganizado e enfraquecido**.

Ou seja, ao mesmo tempo em que dizem que você, trabalhador, “não precisa de sindicato”, o patrão está lá, sentado à mesa com o seu sindicato patronal, decidindo **como reduzir seus direitos, como limitar aumentos salariais e como desarticular conquistas históricas da classe trabalhadora**.

Quem não se organiza, se submete

Quem ganha quando o trabalhador se desmobiliza? Quem lucra quando a classe trabalhadora está desinformada e isolada? A resposta é clara: **os patrões**. E eles sabem disso.

Organizar-se em sindicato é um direito e sindicato é uma ferramenta de resistência e de conquista. Assim como os patrões se organizam para defender os interesses deles, **os trabalhadores precisam estar unidos, fortes, organizados e mobilizados defender seus interesses enquanto trabalhadores**, para garantir seus direitos, melhorar suas condições de trabalho e construir um futuro mais justo.

Desconfie de quem diz que sindicato de trabalhador é problema. A verdadeira intenção deste tipo de propaganda é **tirar o trabalhador da mesa de negociação e deixá-lo de fora das decisões que afetam diretamente sua vida**. Enquanto isso, do outro lado, o patrão está amparado, protegido e orientado pelo sindicato patronal.

Não se engane: **lutar contra o sindicato dos trabalhadores é fortalecer o sindicato dos patrões**.

E eles, acredite, sabem muito bem o valor da organização coletiva — por isso nunca a abandonam.

Fortaleça o seu sindicato! Participe, contribua. Só a luta muda a vida.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE SETEMBRO



Na próxima segunda, dia 15/09, teremos a segunda rodada de negociação com o SINDINFOR (o sindicato das empresas de TI).

FIQUE LIGADO!

Lembrando, estará em debate:

- Reajuste de salário em 8%
- Reajuste dos pisos salariais em 10%
- Tíquete:
 - Reajuste de 11,31% (percentual apurado pelo IBGE para alimentação fora do domicílio)
 - Redução do valor de desconto do tíquete para salários (salários até R\$3677,39 - 1% de desconto; salários iguais ou acima de R\$3677,39 - 2% de desconto)
 - Pagamento do tíquete no período das férias
 - Pagamento do tíquete nos períodos de afastamento por problema de saúde
- Extensão da licença paternidade aos pais adotivos
- Licença maternidade de 180 dias
- Licença paternidade de 20 dias
- Auxílio creche para mães e pais, não cumulativo no caso dos 2 (dois) serem funcionários da empresa, com prioridade de recebimento pela mãe
- Abono consulta de 3 (três) dias por semestre
- Horário flexível das 7h às 10h
- Em caso de substituição de colega que tenha salário superior (férias ou doença), o substituto receberá o mesmo valor do salário do substituído
- Estabilidade no emprego para empregados com mais de 5 (cinco) anos de casa e que falte 1 (um) ano para se aposentar
- Para empresas com mais de 500 empregados, em Minas Gerais, será concedida a liberação de dirigente sindical para o exercício do mandato, sem prejuízo de salários e benefícios
- Não compensação do abono de carnaval (que seja feriado)
- Renovação de todas as demais cláusulas da CCT

CAMPANHA SALARIAL SERPRO: VÃO PAGAR A MIXARIA QUANDO?



A FENADADOS protocolou no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 29/08/2025, uma petição informando a aprovação da proposta de **Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027** com o objetivo de concluir tratativas e fazer ajustes necessários para a assinatura do referido ACT. A etapa atual, portanto, é a de fazer os ajustes necessários, incluindo questões relacionadas ao retroativo e **APPD (Abono Social)**.

Embora o ACT tenha sido aprovado, isto se deu com insatisfação e indignação, pois a postura da direção do Serpro foi, o tempo todo, de desvalorizar seus funcionários. A Empresa, cada vez mais, se aperfeiçoa na tática de enrolar a negociação e recorrer ao TST. A ausência do sindicato de São Paulo durante toda a campanha salarial também foi algo esquisito e deixou os trabalhadores sem possibilidade de debater e deliberar sobre os rumos da “negociação”.

E a assinatura do ACT em si, com a consumação para pagamento às pessoas, é mais um jeito novo e

“avacalhado” do SERPRO de concluir a história, já que até agora continua na burocracia interna e sem objetividade pra encerrar a campanha salarial 2025.

Todos na expectativa do desfecho da campanha salarial com o pagamento e a direção do Serpro, de novo, abusando da paciência dos trabalhadores.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Betel Tecnologia	0010182-14.2025.5.03.0017	15/09/2025	10:00	Videoconferência
Sindados MG	Avenue Code	0010767-96.2025.5.03.0007	17/09/2025	13:10	Videoconferência
Sindados MG	Ilha Service	0010693-24.2025.5.03.0013	17/09/2025	13:40	Videoconferência
Sindados MG	BB Tecnologia	0010421-37.2019.5.03.0014	24/09/2025	14:00	Videoconferência
Sindados MG	QA - IT ANSWER LTDA.	0010821-22.2025.5.03.0182	28/10/2025	08:35	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytcs)	0010650-93.2025.5.03.0108	02/10/2025	09:00	Videoconferência
Sindados MG	FIK Digital	0010565-16.2025.5.03.0106	22/10/2025	10:00	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	10/11/2025	13:31	Videoconferência
Sindados MG	AVSYSTEMGEO	0011100-58.2024.5.03.0015	12/11/2025	14:30	Videoconferência
Sindados MG	Globalweb	0010809-49.2024.5.03.0018	02/12/2025	15:30	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010585-16.2025.5.03.0006	16/12/2025	09:40	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência

PRIVATIZAR A CELEPAR PÔE EM RISCO A SOBERANIA DE DADOS



A proposta do governo do Paraná de privatizar a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) está gerando uma onda de preocupações legais e de segurança da informação, especialmente por envolver a gestão de dados críticos e sensíveis de cidadãos, não apenas do Paraná, mas de outros estados brasileiros.

Especialistas e órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) alertam que a desestatização pode ser ilegal sob a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e configurar um risco à soberania nacional sobre informações estratégicas. Isso porque a venda da CELEPAR transformaria a empresa pública em uma entidade de capital não integralmente público, permitindo que seus vastos bancos de dados sejam geridos por terceiros privados. Ocorre que a CELEPAR é Guardiã de Dados Estratégicos e Sensíveis do Estado.

O Estatuto Social e a Política de Segurança da Informação da CELEPAR deixam claro que seus serviços são essenciais para a segurança de informações do Estado, a manutenção da soberania estatal e a garantia da inviolabilidade dos dados governamentais, além de serem de relevante interesse coletivo.

A Empresa atua em diversas frentes críticas como, por exemplo:

- Segurança Pública: gerencia sistemas para emissão de Carteiras de Identidade, incluindo dados biométricos; registros criminais; laudos periciais; controle carcerário (SISP) e investigação policial, acessando bases nacionais como SENATRAN e BNMP;
- Na Arrecadação Tributária e Controle Fiscal: opera sistemas vitais como o SIAFI (gestão contábil e orçamentária); SPED Fiscal; DFe Portal (documentos fiscais eletrônicos); sistemas da RECEITA/PR; Emissão de Guias (SEFA); ITCMD e SIA-PR (arrecadação de tributos). Estes sistemas processam e salvaguardam informações fiscais de todos os contribuintes do estado, pessoas físicas e jurídicas, sendo cruciais para a soberania fiscal e na proteção contra fraudes, lavagem de dinheiro e evasão fiscal.
- Na Saúde Pública: administra o GSUS, centralizando dados sensíveis do SUS, como informações pessoais, registros médicos, hospitalares e agendamentos.

Em Documentos Sigilosos, o Protocolo Integrado (eProtocolo), operacionalizado pela CELEPAR, lida com documentos sigilosos de todo o executivo estadual, do Ministério Público do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado. E isto tudo é só uma parte do que faz a Empresa.

Privatizar a CELEPAR não impactaria apenas os cidadãos paranaenses. A CELEPAR desempenha um papel central em cooperações tecnológicas e fazendárias com diversos estados brasileiros.

Se concretizada a privatização da CELEPAR, nos moldes pretendidos, certamente enfrentará objeções do MPF e do Ministério Público do Paraná (MPPR) com base na LGPD e em princípios constitucionais, reforçando a insustentabilidade jurídica do modelo proposto. A violação da proibição da LGPD pode acarretar sanções administrativas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsabilidade civil e ações judiciais.

A preocupação do MPF é clara: a privatização de empresas que tratam dados sensíveis de autoridades ou sistemas de defesa nacional pode configurar risco à segurança nacional e, em alguns casos, crime.

No próximo dia 15/09 haverá audiência pública na Assembleia Legislativa do estado do Paraná, na parte da manhã, para debater esse ataque contra a soberania de dados. **NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA CELEPAR!**